

Trajetórias de educação ambiental na Amazônia Paraense: releituras e inquietações do legado freiriano na formação do educador

Marilena Loureiro da Silva

Resumo: As contribuições do pensamento de Paulo Freire para a educação brasileira são indiscutíveis. O presente artigo parte das preocupações acerca da problematização do papel da educação ambiental para a melhor compreensão e leitura crítica da realidade, demonstrando as aproximações entre o campo teórico da educação ambiental e o pensamento freiriano e suas releituras. O artigo se organiza a partir da apresentação da trajetória da autora, seu percurso acadêmico e profissional e a aproximação tanto da teoria freiriana por meio de experiências em atividades formativas de alfabetização de jovens e adultos com base nesta teoria, quanto da educação ambiental em suas várias concepções e possibilidades práticas, vista a partir de alguns resultados de pesquisa apresentados. A metodologia para elaboração do artigo obedeceu, portanto, uma perspectiva qualitativa, com ênfase para a apresentação de uma narrativa como condutora dos encontros com as discussões tratadas. Conclui-se afirmando a atualidade do pensamento freiriano, a necessidade de sua releitura para a melhor compreensão da realidade socioambiental.

Palavras-chave: Educação ambiental. Pensamento freiriano. Trajetórias formativas. Pesquisa.

Trajectories of Environmental Education in the Amazon of Pará: Re-readings and restlessness of the Freirian legacy in the formation of the educator

Abstract: The contributions of Paulo Freire's thoughts about Brazilian education are unquestionable. The present article starts by the worries about the problematization of the role of environmental education for a better understanding and critical reading of reality, demonstrating the approximations between the theoretical field of environmental education and the Freirian thinking and his re-readings. The article is organized from the presentation of the trajectory of the author, his academic and professional background and the approach of the Freirian theory through experiences in training activities of youth and adult literacy based on this theory, as well as environmental education in its various conceptions and practical possibilities, seen from some research results presented. The methodology for the elaboration of the article obeyed, therefore, a qualitative perspective, with emphasis for the presentation of a narrative as the leader of the meetings with the discussions dealt. Conclude that affirming the currentness of Freirian thinking, the need for its re-reading to better understand the socio-environmental reality.

Keywords: Environmental education. Freirian thinking. Formative trajectories. Search.

1 Introdução

O presente artigo problematiza a importância da Educação Ambiental para a constituição de novas relações entre sociedade e natureza, com vistas à superação da lógica instrumental que preside as relações humanas, situando-a no campo teórico de emergência de uma nova racionalidade ambiental (LEFF, 2007), uma nova epistemologia para empreender novos caminhos relacionados com as tentativas aproximativas do que se convencionou tratar como sustentabilidade. Pretende discutir a emergência deste novo saber à luz do legado freiriano na educação, considerando que este legado se coloca para a educação brasileira e também mundial, como uma reflexão emblemática do papel da educação e dos educadores no processo de formação e humanização, e em tempos de recrudescimento de autoritarismos globais e loco-regionais, faz-se fundamental uma revisita a este pensamento e sua presente atualidade.

Qual o sentido das práticas de Educação Ambiental realizadas no ambiente amazônico para a construção de políticas de emancipação e leitura crítica deste ambiente, e copensar essas práticas em direção aos esforços de construção da sustentabilidade local e global. Essa é a pergunta da qual partimos para a formulação do presente trabalho, que irá dialogar com o entrelaçamento de conceitos teóricos, que julgamos pertinentes e referências de ordem empírica e da subjetividade da autora; tratar-se-á, portanto, de um diálogo entre àquilo que vimos formulando no campo das discussões teóricas e a tradução desses postulados na materialidade das práticas concretas que vimos conseguindo implementar à base da compreensão de não é possível, ou ao menos, não é mais viável construir teorização séria no campo da educação da Amazônia, sem que esses esforços teóricos se banhem e se nutram da problematização da(s) realidade (s) amazônica(s) em suas multidimensionalidade e complexidade e tendo como premissa básica a amorosidade que nos impõe a compreensão de que somos com os outros, num processo de permanente interlocução dialógica.

Paulo Freire propõe uma mudança de paradigma, considerando todos os seres humanos como seres pedagógicos, incompletos e inacabados. Os seres humanos se completam, convivendo com os outros e trabalham seu inacabamento pela educação permanente, ao longo de toda a vida. E porque somos seres “acabando-se”, “completando-se” e conscientes desse inacabamento e incompletude, somos seres esperançosos, precisamos do sonho e da utopia para viver plenamente (ROMÃO, 2002, p. 14).

Para o desenvolvimento deste artigo, foram feitas incursões na trajetória teórica da Educação Ambiental na Amazônia, por meio da pesquisa bibliográfica e documental junto aos

resultados de atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Meio Ambiente/GEAM, na Universidade Federal do Pará. Todas essas atividades relacionadas às experiências da autora e dos encontros empreendidos ao longo de sua trajetória de estudos e pesquisa na área da educação ambiental na Amazônia, suas origens históricas, percursos metodológicos e suas possíveis contribuições ao processo de fortalecimento da tradição ambientalista no Brasil. São apresentados alguns resultados de pesquisas realizadas no cenário amazônico e suas interfaces com a evolução das políticas de educação ambiental no Pará.

O artigo está organizado em quatro seções. Na presente introdução, apresentam-se as motivações para a realização do presente artigo, fruto da participação da autora em dois eventos internacionais realizados pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba/Uniso, sob a coordenação dos professores Marcos Reigota e Alda Romaguera, nos anos de 2016 e 2017 respectivamente. Na segunda seção são apresentados os encontros da autora com a discussão teórica de Paulo Freire e sua aproximação com o campo da Educação Ambiental por meio de experiências profissionais e acadêmicas, situando as trajetórias de sujeitos amazônicos importantes para essa trajetória. Na terceira, apresentam-se os resultados de pesquisas recentes empreendidas no Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente (GEAM) vinculado ao Instituto de Ciências da Educação/ICED/UFPA, aproximadas das bases teóricas de Paulo Freire.

Na quarta e última seção, são apresentados os avanços percebidos em relação às discussões e práticas de Educação Ambiental no contexto do fortalecimento do movimento ambientalista paraense e amazônico, e os problemas e dificuldades encontradas ao longo da trajetória de pesquisa vivenciada.

2 Dos encontros e diálogos na constituição de uma trajetória na área da Educação Ambiental em perspectiva freiriana

O primeiro encontro se deu na segunda metade da década de 80, ainda no curso de formação inicial, na graduação em Pedagogia, na UFPA, no âmbito de uma experiência educativa baseada na teoria freiriana: o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, o PROA, um programa de extensão, nascido dos esforços de superação dos altos índices de

analfabetismo ainda presentes aquela época, que impuseram a Universidade o desafio de colaborar com a superação desses referidos índices. O PROA foi criado como programa de extensão, vinculado ao Núcleo Pedagógico Integrado/NPI, atualmente Escola de Aplicação da UFPA. Os objetivos do Programa se destinavam a implantar turmas de alfabetização de jovens e adultos nos bairros circunvizinhos a UFPA, bairros eivados pela pobreza e dificuldades de toda ordem, com o objetivo de alfabetizar a população por meio da pedagoga freiriana.

Assim, o Programa selecionou e formou 20 alunos bolsistas de variados cursos de licenciatura da UFPA para atuação no Programa, na condição de alfabetizadores dos jovens e adultos das comunidades envolvidas. Observe-se que a experiência do PROA fundamentou-se teórica e metodologicamente em experiência similar realizada em São Paulo por meio do Programa MOVA, quando da gestão do Prof. Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação daquele município. Essa experiência foi conduzida na UFPA pelo Prof. Dr. Alberto Damasceno, e uma equipe de pesquisa e coordenação pedagógica responsável pelo acompanhamento do Programa em seu desenvolvimento.

Foi no âmbito do PROA que, como aluna bolsista, me encontrei pela primeira vez com os estudos de Paulo Freire e com as primeiras tentativas de leitura crítica da realidade. Uma primeira experiência colaborou mais intensamente com esta construção: a participação num processo de pesquisa para o levantamento do universo vocabular dos bairros circunvizinhos às universidades onde as aulas de alfabetização seriam realizadas, bairros do Guamá, Montese (antiga Terra Firme), Marco e Canudos. Para a aluna recém ingressa no curso de Pedagogia, a entrada nos bairros periféricos de Belém, funcionou como uma grande possibilidade de encontro com as dificuldades presentes na vida das populações migrantes, que vem dos interiores ribeirinhos para a cidade, e que ao chegar se encontram com os choques de realidade, com as diferenças de viver, de ser nos espaços das cidades e passam a viver em condições de completa ausência de direitos e condições de vida. Foi essa a primeira grande imagem que marcou essa primeira de iniciativa de pesquisa, a ida ao bairro da Terra Firme, há época em recente processo de aterramento de suas vias, por meio da disposição de lixo, era um movimento estranho, o de adentrar nas ruas aterradas com lixo, e pisar no lixo para encontrar as casas dos moradores e apresentar a pesquisa, e ainda divulgar o início das aulas e captar o interesse dos moradores pelo ingresso no Programa.

E foi possivelmente no entrelaçar de idas e vindas, de buscas de compreensão das diferentes perspectivas de ver a Amazônia e as condições de vida de suas populações, que se apresentaram as necessidades de melhor compreender o lugar da educação em sentido emancipatório. E suas relações como a compreensão da própria história econômica e social da região, em suas várias feições, em especial a Amazônia ribeirinha, de onde eu vinha, nascida na Vila de Antônio Lemos, no arquipélago do Marajó.

Este foi, portanto, o início mais formal das inquietações teórico-práticas com a problemática socioambiental da Amazônia, que permanece como objeto de preocupação teórica até o presente. No âmbito destes encontros com as formulações freirianas que se forjaram, aqueles que seriam os elementos basilares de uma perspectiva de trabalho docente que assume a amorosidade como pressuposto, o respeito ao outro, como base epistemológica: a cognoscibilidade do professor se constrói e se refaz num encontro com a cognoscibilidade do aluno. Para Paulo Freire não existe, portanto, o ato educativo sem o diálogo entre aqueles que ensinam e aprendem de forma colaborativa, superando-se, assim, toda e qualquer possibilidade e ou perspectiva pedagógica baseada na tutela, numa lógica de repasse e transferência acrítica de conhecimentos, isso implica compreensão e invenção de uma nova racionalidade, uma nova epistemologia. Nesse sentido, são aproximadas as discussões propostas por ele, daquelas objeto das formulações da epistemologia ambiental, tal como proposta por Leff (2009, p. 19).

O processo civilizatório, a globalização dominante neste início de milênio funda-se na cultura da guerra, um processo que leva ao extermínio do ser humano no planeta. Se um novo processo civilizatório é possível, uma outra globalização é possível e ela deve fundar-se numa nova racionalidade, numa 'racionalidade molhada de emoção' como dizia Paulo Freire.

Ao longo desse tempo, e já se passaram três décadas desde o início da formação em Pedagogia datada de 1988, período de travessias e experimentações e de aproximação desses dois objetos-lugares de preocupação: A Educação, e a realidade da Amazônia concreta, a luz de uma expectativa de educação dialógica. As intersecções e cruzamentos entre essas duas preocupações me trouxeram a tematização da Educação Ambiental.

Do ponto de vista da Educação Ambiental mais especificamente, essa construção dialógica se inicia com um encontro no ano de 1990 com aquele que se tornaria o autor da proposta político-pedagógica que materializaria um desejo ambientalista de ver constituídas condições de que sujeitos habitantes das ilhas do entorno da cidade de Belém, a capital do Pará, e

conhecida como porta de entrada da Amazônia, pudessem exercer o que ele chamava de complementação de direitos constitucionais de liberdade de ir a vir, estamos falando do sociólogo ambientalista da Amazônia, Mariano Klautau, que em 1992 apresentou à Prefeitura Municipal de Belém o Projeto Escola Bosque, um projeto de escola de educação ambiental em tempo integral, cujo currículo se relacionaria com a problematização das questões socioambientais desde a educação infantil até o ensino técnico-profissionalizante em meio ambiente, tudo isso, voltemos ao início, para a construção do direito de ficar, o direito de permanecer nas ilhas e atuar de modo qualificado para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes das ilhas.

Do encontro com as ideias de Mariano Klautau tratadas nos caminhos entre Itaiteua, uma localidade na ilha de Caratataeua, que abrigava a E.M.E.F. Monsenhor Azevedo, aos 22 anos, no início de minha trajetória oficial como professora, resultou meu primeiro envolvimento com a temática ambientalista, e desde então, esse envolvimento tem acompanhado minha produção acadêmica e minha atuação profissional. Em 1992, na coordenação do Grupo de Estudos de Educação Ambiental na Secretaria de Educação de Belém, no Instituto de Educadores, me reencontrei com as ideias de Mariano Klautau e passei a colaborar com os estudos para a proposição do Projeto Escola Bosque, que se instalaria em 1996, após a condução de um primeiro ano experimental em 1995 na ilha de Caratateua.

O encontro com a Escola Bosque me proporcionou alguns outros. O primeiro com o Núcleo de Meio Ambiente da UFPA, criado também em 1992, para se constituir como núcleo integrador das discussões, estudos e projetos de pesquisa e experimentação em meio ambiente. Foi a partir de dois seminários internacionais realizados pelo NUMA, em cooperação com a Universidade de Sthratyclide, da Escócia, Reino Unido, onde fazia minha primeira incursão nos estudos pós-graduados na área de EA, em 1995, que surgiu a ideia de reunião entre os vários sujeitos e instituições paraenses ligados ao movimento ambientalista e às práticas de Educação Ambiental. Surgia assim, em 1993, nos marcos da ampliação da visibilidade das grandes questões ambientais propiciadas pela realização da ECO-92 no Rio de Janeiro, o Fórum Paraense de Educação Ambiental.

Dos trabalhos do Fórum resultaram estudos e proposições de redes de formação de educadores ambientais e a ampliação de discussões e práticas de Educação Ambiental no Pará, e de sua experiência, potencializou-se, no âmbito da política pública, a revitalização da Comissão Interinstitucional de EA, a CIEA, cuja primeira versão é de 1991, e retomada em 1999, no

interior da Secretaria de Estado Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente sob a coordenação da Profa. Maria Ludetana Araújo, à época diretora da Divisão de Estudos em Educação Ambiental, a antiga DIAMB, que impulsionou muitos encontros de educadores, 02 estaduais, em 2001 e 2003, e 01 pan-amazônico (2005), que reuniu autoridade nacionais e internacionais da área, e que impulsionou a criação da Rede Amazônica de Educação Ambiental, a RAMEA, já em 2005.

3 Um mergulho nas práticas de Educação Ambiental: da Universidade às comunidades da floresta: aproximações da compreensão de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Sustentabilidade no cenário amazônico

Na UFPA, onde ingressei em 1995, o Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente, o GEAM, criado em 1998, vem desde então construindo proposições no campo do ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental. No ensino, sua contribuição pode ser observada pela oferta de um núcleo eletivo de educação ambiental no currículo do curso de licenciatura em Pedagogia, a partir de 1999, com cinco disciplinas que contêm discussões que vão desde Teoria do Desenvolvimento e Meio Ambiente até Metodologias e Práticas de Educação Ambiental, passando por Ecologia e Biodiversidade e Educação e Problemas Regionais. Já no ensino de pós-graduação *lato sensu* ofertamos o Curso de Especialização em Tecnologias para a Educação Ambiental, e o Curso de Especialização em Educação ambiental e Conservação de Recursos Hídricos. No ensino de pós-graduação *strictu sensu*, uma incursão entre pesquisa e pós-graduação no aprofundamento do campo temático da educação ambiental.

Na pesquisa e extensão, onde reside nossa maior possibilidade de sair do artificialismo burocrático que ainda rege as relações acadêmicas, mesmo aquelas que se autoprofessam fundadas na crítica e na busca da radicalidade democrática, temos incursionado por vários lugares e possibilidades teóricas e metodológicas, que vêm nos aproximando da necessidade de releituras do pensamento freiriano como forma de auxílio e suporte para a compreensão de nossos amplos problemas de ordem política e também epistemológica. E nessas incursões realizadas, ainda permanecemos nos aproximando da construção de respostas às perguntas clássicas apresentadas por Paulo Freire, num diálogo com Ira Shor, no livro “Medo e Ousadia” (2000, p. 11): “Como pode o professor transformar-se num educador libertador? De que modo a educação se relaciona com a mudança social? E como o acesso às novas tecnologias se relaciona com a consciência ambiental?”.

Essas perguntas são portadoras de uma atualidade vibrante e ainda absolutamente incômoda, que insiste em nos retirar dos lugares de conforto e nos impõe a percepção de que ainda nos encontramos muito distantes da efetivação de uma educação crítica, libertadora e dialógica para a qual nos convidou e convida o legado freiriano.

Em nossas buscas de problematização de possíveis respostas a partir das visões e respostas da educação ambiental, pode-se compreender que, desde a nossa primeira incursão teórica que lançava um olhar para dentro das práticas universitárias, e de como essas práticas se relacionavam com o conceito de meio ambiente e de problemas ambientais, as conclusões obtidas nos impõem uma reflexão em torno do como a universidade na Amazônia ainda precisava se encontrar com sua própria natureza amazônica, visto que a maioria de seus projetos e intervenções sequer percebiam a temática ambiental como importante.

A segunda incursão ampliava esse olhar e se lançava ao desafio de compreender como as práticas educativas realizadas nos centros urbanos e àquelas realizadas no interior de unidades de conservação se relacionavam com a concepção de educação ambiental, meio ambiente e problemas ambientais e de como essas concepções geravam consequências em termo de opção teórico-metodológica para a realização dessas mesmas práticas, e aqui, me reservo à abertura de um parêntese específico para relatar um outro encontro importante nos meus diálogos sobre Educação ambiental no Pará, um encontro com um professor da Floresta Nacional de Caxiuanã, na ilha do Marajó. Trata-se do Prof. Francisco, professor de uma das comunidades da Floresta, com quem aprendi em 2000 o que seria para meus estudos uma nova pedagogia, a pedagogia da sinceridade: *“é uma palavra que realmente envolve uma sinceridade. [...] em assumir essa responsabilidade muito grande de explicar as coisas que o aluno precisa saber”*. Aprendi com os resultados dessa incursão na pesquisa que: o “ser professor” é ser professor na comunidade, no sentido de se perceber como sujeito capaz de gerar mudanças na forma como essa comunidade relaciona-se com os recursos naturais que estão à sua volta na floresta. Pode-se apreender dessa afirmação que ser professor implica necessariamente um deslocamento da condição de superioridade tradicionalmente atribuída pela pseudo posse de conhecimentos específicos, para uma posição de igualdade como sujeito humano, naquele momento específico responsável pelo processo de formação educativa de outros sujeitos igualmente humanos, que assim são tratados.

E dos resultados desse encontro com os professores de Caxiuanã surgiu uma compreensão que vem me acompanhando ao longo da continuidade da trajetória na educação ambiental: o

problema a ser enfrentado pelos sujeitos ambientalistas preocupados com a ampliação dos debates e busca de soluções para os problemas ambientais, que são nossos problemas humanos, se nos compreendemos como sujeitos humanos na natureza que não está fora de nós, mas que nos constrói como sujeitos históricos e circunstanciados, não é a ausência de formação sobre as questões e, portanto, o analfabetismo ecológico, o problema a ser enfrentado, me parece, reside no grau de envolvimento que os sujeitos têm com a temática ambiental, se é algo visto como externo ao seu mundo, porque o sujeito humano desumanizado pelas relações instrumentais da lógica civilizatória que preside a nossa história, não é mais sujeito humano, e uma fantasmagoria, então é difícil que este sujeito se compreenda como integrado ao meio ambiente e com responsabilidade histórica pela sua conservação. E é exatamente nesse lugar de percepção de crise do sujeito que reside a importância da Educação Ambiental, como processo crítico de re-humanização para a emancipação. Não pode ser sujeito emancipado quem não é mais sujeito, é objeto coisificado pela lógica instrumental. A primeira tarefa da educação ambiental é, portanto, recuperar o sujeito, recuperar a compreensão de humanidade que deixou de habitar o humano, e essa é uma tarefa que exige compreensão complexa.

A nova realidade pós-tradicional da modernidade radicalizada gera crescente incerteza, mutabilidade e reflexividade. O progresso pode se transformar em autodestruição, na qual um tipo de modernização destrói o outro e o modifica. Coloca-se, portanto, a possibilidade de se reinventar, ou repensar, a civilização industrial, ao se sugerir uma (auto) destruição criativa (BECK, 1997, p. 12-13). [...] mais que ecológica, é uma crise do estilo de pensamento, dos imaginários sociais, dos pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade. Uma crise do ser no mundo que se manifesta em toda sua plenitude: nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas; e nos espaços externos, na degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas (JACOB, 2005, p. 7).

Os resultados dessa busca, conforme já tratados em estudos anteriores (SILVA, 2008), nos indicaram uma diversidade de possibilidades interpretativas, que vão desde uma visão de sustentabilidade do desenvolvimento, sob uma visão utilitarista dos recursos naturais, ou seja, a esgotabilidade dos recursos naturais, que somente se transforma em objeto de preocupação na medida em que se converte em ameaça a continuidade dos níveis de consumo desses recursos pelas populações humanas, em que não se verifica nenhuma ruptura com a visão conservadora de desenvolvimento, apenas uma adequação formal e política a lógica da sustentabilidade como sinônimo de garantias para a continuidade da manutenção das mesmas condições materiais de existências geradoras da insustentabilidade da sociedade contemporânea, conforme já observado

por estudos anteriores (ALTVATER, 1999, p. 15). Até visões mais diretamente às possibilidades de usos dos recursos naturais de modo a considerar a capacidade de suporte, ou seja, é necessário intervir na natureza para a construção da existência humana material, mas a esse processo de intervenção está associado à constituição de cuidados para a não exaustão dos limites impostos pela própria natureza, ou ainda, a compreensão de preocupações com a geração das condições de existência material relacionada a princípios de organização comunitária, de articulação de interesses comuns, de uma espécie de regulação do uso dos recursos naturais a partir da lógica do coletivo.

Em relação às percepções acerca dos problemas socioambientais da floresta, do mesmo modo, podem ser percebidas diferentes formas de percepção e visão, que vão desde a indicação dos principais problemas àqueles estritamente relacionados com a má utilização dos recursos naturais pelas sociedades humanas, gerando assim as suas possibilidades de esgotamento e/ou escassez (pesca predatória, retirada ilegal de madeira, lixo às margens do rio e no interior das comunidades, desmatamento ilegal, e queimadas), ou ainda, uma forte ênfase em problemas socioambientais gerados a partir da ausência de participação da comunidade nas discussões e proposições para a melhoria da qualidade de vida, com a consequente minimização dos problemas. É necessário compreender os problemas ambientais da comunidade, e isto significa intervir sobre os mesmos, num processo de participação cidadã. Até uma perspectiva fundamentada num processo de invisibilização dos problemas ambientais.

As concepções e práticas de educação ambiental das comunidades da Floresta do Tapajós também vão se distribuir entre compreensões distintas entre si, que vão desde uma concepção vinculada a perspectiva ecológico-preservacionista (MEDINA, 1994), que indica a realização de ações educativas para a conservação dos recursos naturais vistos como isolados da sociedade humana, fundamentada no culto às dicotomias entre mundo natural e mundo social. Vê-se nessa perspectiva a negação da dimensão política da E. A. e das possibilidades de formação de sujeitos capazes de diálogo crítico com o mundo. Ou uma concepção de educação ambiental como necessária à requalificação das relações entre sociedade e natureza, apontada pela visão de integração e de interdependência recíproca na relação estabelecida entre os sujeitos humanos e a natureza, na qual se percebem inseridos. Essa concepção pode ser categorizada como socioambiental, o que indicaria a busca de uma ruptura com as dicotomias reinantes no trato às questões ambientais, que se referem também a uma ruptura no campo epistemológico, tenta-se o

estabelecimento de uma nova perspectiva de tratamento para as questões ambientais vistas em articulação com os problemas sociais. Até se chegar a uma concepção de educação ambiental que se pode chamar de cidadã, na medida em que incorpora um forte elemento presente nos discursos e nas possibilidades de ações e práticas de organização dos processos decisórios nas comunidades. Uma educação ambiental para a geração de novas intervenções na natureza, novos fazeres, fundamentados em novos saberes (LEFF, 2007) ambientalmente circunstanciados.

No campo específico da educação ambiental, pode-se dizer que os resultados da pesquisa realizada indicam a presença de uma ambiguidade: ao mesmo tempo em que pode ser vista como prática formal e burocrática, circunscrita aos espaços formais escolares, tentando ensinar os filhos de populações habitantes das florestas a como se relacionar com a floresta de modo desconectado das necessidades e percepções dessas populações, é também possível compreendê-la como canal de articulação de um novo pensar sobre as relações entre sociedade e natureza nos marcos de um reconhecimento da natureza e da percepção de sujeitos humanos como sujeitos integrados à natureza.

Outras incursões no campo da pesquisa vêm reforçando nossa compreensão acerca da necessidade de ampliar discussões consequentes do caráter da educação ambiental realizada nos diversos espaços sejam eles escolares¹, comunitários, empresariais, em centros e periferias urbanas², ou no interior de unidades de conservação nas florestas, nas comunidades residentes no entorno das estradas amazônicas, como a rodovia BR-163, ou a rodovia Br-230³, em todos esses espaços vimos realizando discussões e implementando ações que se dirigem a constituição de novas relações entre sociedade e natureza, com vistas a construção de práticas de sustentabilidade local.

¹ Referência aos resultados da Pesquisa Nacional: O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental. MEC/INEP (BRASIL, 2006), onde coordenamos os trabalhos da região norte, com dados dos estados do Pará e Amapá.

² Referência aos resultados dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos junto a escolas, comunidades, usuários e funcionários dos Portos da Companhia Docas do Pará/CDP, desenvolvidos pelo GEAM desde o ano de 2005 até os dias atuais.

³ Referência à execução de serviços de consultoria para a elaboração dos programas ambientais (Educação Ambiental e Comunicação Social) para o asfaltamento das rodovias BR-163 (Santarém-Cuiabá), e da rodovia BR-230 (Transamazônica) nos anos de 2005 a 2007, bem como, a execução dos programas ambientais para a BR-230 (Educação Ambiental, Comunicação Social, saúde e Segurança do Trabalhador e Treinamento e Capacitação de Mão de Obra), os dois primeiros no período de 2009 – até os dias atuais, e os últimos iniciados em 2011).

Todas essas compreensões nos trazem ao lugar da discussão desses resultados a partir das referências teóricas de Paulo Freire, e dentre elas uma categoria em especial ganha amplitude e se coloca como fundamental, aquela vinculada à ideia de ato pedagógico como desvelador do conhecimento do mundo, estando nele e se percebendo nesse estar, ato de ampliação das possibilidades de visão dos sujeitos humanos em suas comunidades de saberes.

Segundo Leff (2007), a crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão. Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. O método científico passou a reduzir, ou mesmo simplificar, a realidade, que é complexa. Através da compartimentalização do conhecimento científico, as diferentes áreas do conhecimento passaram a desenvolver estudos isolados, que deram suporte à realização de um mosaico de intervenções no ambiente, desvinculados do comprometimento de pensar sobre o todo planetário e sua capacidade de sustentabilidade.

Para Paulo Freire, conforme bem observado por (ROMÃO, 2002, p. 13), a educação é o ato de aprender a conhecer:

No primeiro livro de Paulo Freire, *Educação e atualidade brasileira*, escrito em 1959 como tese de concurso para a cátedra de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes de Pernambuco, organizado e contextualizado por José Eustáquio Romão para a primeira edição de 2001, ele sustenta que o mais importante na educação é 'aprender a conhecer'. 40 anos depois, a UNESCO no seu Relatório a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI [...] consagrou esse princípio como um dos quatro pilares da educação do futuro, uma educação ao longo de toda a vida. Isso comprova a vitalidade e a atualidade do pensamento freiriano.

E aqui, volta-se à aproximação do campo teórico da educação ambiental e sua epistemologia num encontro com o legado freiriano, em especial na sua compreensão de processo pedagógico para a leitura crítica da realidade, e na conseqüente compreensão de que a educação é motivadora da construção desses processos compreensivos. E, então, poderíamos afirmar a aproximação entre as formulações da epistemologia ambiental presente em Enrique Leff e a educação em perspectiva libertadora, crítica e emancipatória, tal como preconizada por Freire.

4 Considerações finais

Para efeito de finalização dessa breve lembrança de trajetória, se impõe a necessidade de estabelecer ainda algumas reflexões acerca de três aspectos importantes para a complementação das análises até aqui empreendidas, quais sejam: **a)** as conquistas da educação

ambiental e do movimento ambientalista e o que ainda está por se conquistar; **b)** a importância de determinadas instâncias para o fortalecimento das práticas ambientalistas; e **c)** os principais desafios a serem enfrentados pela educação ambiental amazônica e brasileira num encontro com o pensamento freiriano.

No primeiro aspecto, poderíamos nos assentar na busca da análise das contradições inerentes ao processo de mobilização e de educação em torno das questões de meio ambiente e educação ambiental. Nesse sentido, a grande conquista que pode ser visualizada a partir da trajetória apresentada para o Estado do Pará refere-se à evidente ampliação de visibilidade em torno da temática ambiental, por força da inserção dessas questões na mídia, nas agendas dos movimentos sociais, que passaram a integrar em sua pautas preocupações com a temática em virtude de serem participantes e estarem presentes nas discussões e movimentos de origem ambientalista, e ainda da inserção de preocupações com essas questões, ainda que de modo frágil, no campo das políticas públicas de Educação e de Meio Ambiente. Vê-se, portanto, uma compreensão de superação de visão de ambientalismo unicamente associado aos ativismos pontuais, e amplia-se a compreensão de ativismo ecológico para ativismo político, social e científico, geradores de consequências mais regulares e sistemáticas e menos pontuais e episódicas.

No segundo aspecto, referente à importância de determinadas instâncias para o fortalecimento das práticas ambientalistas, pode-se indicar que a inserção de discussões e dessas práticas no interior de determinadas instituições e organismos tem sido ampliada, e conseqüentemente se amplia o poder de articulação e interatividade entre as práticas realizadas e seus empreendedores. Nossa análise se fundamenta na compreensão de que o problema ambiental está gradativamente deixando de ocupar as mentes unicamente dos ambientalistas, passando a ocupar também outros campos de práticas que vão desde os movimentos tradicionais em suas organizações, até os fóruns permanentes de segmentos não necessariamente ambientalistas, e ainda outras instituições que indiretamente vem se associando as discussões em virtude da integração vias redes ambientalistas e de educadores ambientais.

Em relação ao terceiro aspecto enunciado, a partir das reflexões empreendidas até aqui e do retorno necessário à questão que inaugura as discussões deste trabalho: Qual o sentido das práticas de Educação Ambiental realizadas no ambiente amazônico para a construção de políticas de sustentabilidade sob a lógica do legado freiriano. Diríamos que nosso maior e contínuo desafio

permanece no campo da tentativa de elucidar essas práticas e torná-las o mais visível possível para que a sociedade amazônica compreenda com maior clareza que ao falarmos de educação ambiental e de movimento ambientalista, falamos da possibilidade de refundamento das relações entre sociedade e natureza nos marcos da tentativa de superação de uma crise ambiental, que não está circunscrita somente ao esgotamento dos recursos físicos e naturais, mais se amplia para a compreensão de que o que está em jogo é a completude da vida planetária, é a existência humana, material e natural, sob os marcos de uma racionalidade que não se sustentará em longo prazo, falamos de relações de poder no aprofundamento das assimetrias globais e suas traduções em tragédias locais.

Nosso grande desafio reside, portanto, em ampliar nossas vozes nos mais diversos e ensurdecidos cenários para dizer tão simplesmente que é preciso ter cuidado para não sucumbir aos cantos da desumanização que nos separa da natureza, porque nos separa de nós mesmos. É disso que falamos quando insistimos na importância do ambientalismo e da Educação Ambiental na Amazônia e em qualquer outro lugar do planeta.

Referências

- ALTVATER, E. **Terra incógnita**: reflexões sobre globalização e desenvolvimento. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- BRASIL. MEC/INEP. **Relatório final da pesquisa**: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. Brasília: MEC, 2006.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JACOB, Pedro. Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas. In: EPEA - Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, 4., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UFSCAR, 2005. p. 1-16.
- LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MEDINA, N. N. **Amazônia**: uma proposta de educação ambiental. Documentos Metodológicos. Brasília: IBAMA, 1994.
- ROMÃO, José Eustáquio. **Pedagogia dialógica**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Marilena Loureiro. **Educação ambiental e cooperação internacional na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

SILVA, Marilena Loureiro da. Trajetórias de educação ambiental na Amazônia Paraense: releituras e inquietações do legado freiriano na formação do educador.

Marilena Loureiro da Silva
Universidade Federal do Pará | Instituto de Ciências da Educação -
ICED
Belem | PA | Brasil. Contato: marilenals@ufpa.br
ORCID 0000-0002-9684-734X

Artigo recebido em: 3 jul. 2018 e
aprovado em: 11 jul. 2018.